



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7161

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

**Autoria:** Maria de Fátima Pereira Macedo

**Data:** 02/05/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (RETIRADO). Dispõe sobre a padronização das cores utilizadas para pintura dos prédios públicos do município de Montes Claros e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.4    **Posição:** 62    **Número de folhas:** 04

---

Espécie: Ph  
Categoria: Pendentes  
ex: 27.4  
ordem: 62  
nº fls: 02



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Vereadora – Fátima Pereira Macedo

ASSUNTO:

**Dispõe sobre a Padronização das Cores Utilizadas para Pintura dos  
Prédios Públicos do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - **Entrada em – 02/05/2006**
- 3 - **Comissão Legislação e Justiça**
- 4 -
- 5 - **RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM**
- 6 - **15.09.2006**
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Gabinete da Vice-Presidência

Ass. Legislativa  
02/05/2006  
*[Signature]*

### Projeto de Lei nº

/2006

***“Dispõe sobre a padronização das cores utilizadas para pintura dos prédios públicos do município de Montes Claros e dá outras providências”.***

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Os prédios públicos do Município de Montes Claros deverão ser pintados de forma padrão nas cores da Bandeira do Município;

**Parágrafo único:** O disposto de que trata o caput deste artigo abrangerá não somente a prédios pertencentes o Município mas também os alocados na execução dos serviços dos Poderes Executivo e Legislativo.

**Art.2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 24 de abril de 2006.

*[Signature]*  
**FÁTIMA PEREIRA MACEDO**  
vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
2510412006	
HORA: 14:00	
ASS:	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO	
E JUSTIÇA	
EM 02 DE	MARÇO DE 2006
 PRESIDENTE	

Consoante o parecer emitido pela Assessoria  
 Legislativa, em anexo, sou de parecer  
 que o presente Projeto de Lei contraria  
 leis ordinárias e a Constituição Federal,  
 significando ingerência de um poder  
 sobre o outro. Assim, é o mesmo  
 ilegal e inconstitucional.

Belém - 14.06.06.  
 A. Silva 14.06.06





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 QUE “Dispõe sobre a Padronização das Cores Utilizadas para Pintura dos Prédios Públicos do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em questão tem como fim a obrigatoriedade da utilização das cores da Bandeira do Município quando da pintura dos prédios públicos municipais.

Dispõe o artigo 2º da Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.


Considerando que a pintura dos prédios públicos municipais é feita pelo Poder Executivo Municipal, a imposição de quais cores poderão ser utilizadas, configura, ao nosso sentir, ingerência de um Poder em outro, tornando inconstitucional o referido projeto.

Desse modo, o Poder Legislativo por meio da proposição em epígrafe, estaria se antecipando ao Chefe do Poder Executivo, invadindo o campo da discricionariedade do Executivo para disciplinar a matéria.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 29 de maio de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605